

A fiscalidade ao serviço da política



António Domingues Azevedo

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

O Governo anuncia, com solenidade, que esta semana será histórica. Contudo, para a esmagadora maioria dos portugueses esta será uma semana igual a tantas outras. De trabalho, de sacrifícios e a contar os dias que restam até receber o próximo salário – isto para os que conseguiram manter o seu emprego.

Termina, oficialmente, no próximo dia 17 o programa de assistência financeira que a ‘troika’ concedeu a Portugal. E como sai o

País de três anos de insuportável austeridade? A mais importante conclusão é que o resgate trouxe mais desigualdades. O esforço, muitas vezes brutal, para reequilibrar as contas públicas foi mal repartido.

O Governo aceitou o “repto” e até, como prometeu, chegou mesmo a ir “além da troika”, ao melhor estilo do “vamos até ao fim, custe o que custar, as vítimas contabilizam-se no fim”. O resultado está à vista e não esconde a minha revolta por se ter seguido este processo.

Celebrar o fim do programa de assistência financeira como se tivéssemos vencido o purgatório e que a partir de agora o caminho será sempre a crescer, como acontece com muitas promessas vãs em campanhas eleitorais, é faltar a verdade aos portugueses. Comparar a saída “limpa” portuguesa com a saída protagonizada pelos irlandeses é misturar alhos com bugalhos, simplesmente porque aqueles habitantes das ilhas britânicas têm um nível de vida bastante superior ao nosso e um salário mínimo que quase duplica o que por cá se aufer. Para os mais distraídos, im-

porta lembrar que a ‘troika’ pode ter-se ido embora, pelo menos em sentido figurado, mas o peso dos impostos continua a ser um fardo inimaginável. Os impostos sobre o trabalho fizeram emergir um vocábulo que os portugueses não estavam habituados a escutar: confisco. Como se não bastasse, o Documento de Estratégia Orçamental (DEO) é mais do mesmo, ou seja, sinónimo de mais impostos.

Um estudo divulgado na semana passada refere que os portugueses vão necessitar trabalhar até 6 de junho para liquidar todos os impostos que devem ao Estado no presente ano – é o chamado “Dia da Libertação dos Impostos”.

Vítimas de uma fiscalidade devoradora insaciável dirigida para a política, e prisioneira desta, em detrimento de uma estruturada política fiscal, os contribuintes sofreram na pele a irresistível tentação de os governantes usarem e abusarem do sistema fiscal ao sabor das suas promessas e delírios pessoais. Esta é apenas uma das negras faces da transfiguração do Estado e do consequente desvirtuamento do relacionamento entre governantes e governados.

Uma última nota: a falta de capacidade de resposta do Portal das Finanças tem deixado contribuintes e técnicos oficiais de contas à beira de um ataque de nervos. A Ordem já manifestou publicamente a sua posição sobre este assunto, infelizmente recorrente, e apenas exige que todos cumpram com as suas responsabilidades. A Autoridade Tributária deve dispor de um sistema informático competente, em pleno funcionamento durante as 24 horas do dia, de forma a que sempre que desejarem os portugueses possam cumprir com as suas obrigações fiscais. Desinvestir na via eletrónica para submissão de declarações fiscais, processo em que Portugal é pioneiro, podia levar a que recuássemos ao período, quase ancestral, em que nas repartições de finanças se acumulavam as declarações em papel dentro de caixotes. ■

O autor escreve ao abrigo do novo acordo ortográfico

